



**FACULDADE DE INHUMAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS  
CURSO DE DIREITO**

**RENATO ANTONIO SOUZA BATISTA**

**DIREITO AGRÁRIO: A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAUÇU - GO POR SEUS  
DIREITOS**

**INHUMAS-GO  
2022**

**RENATO ANTONIO SOUZA BATISTA**

**DIREITO AGRÁRIO: A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAÚÇU - GO POR SEUS  
DIREITOS**

Monografia apresentada ao Curso de Direito, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

**Professor (a) orientador (a):** Elisabeth Maria de Fátima Borges

**INHUMAS – GO  
2022**

**RENATO ANTONIO SOUZA BATISTA**

**DIREITO AGRÁRIO: A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAÚÇU - GO POR SEUS  
DIREITOS**

**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO(S) ALUNO(S)**

Monografia apresentada ao Curso de Direito, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS)  
como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Inhumas, 12 de dezembro de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof(a) Ma. Elisabeth Maria de Fátima Borges– FacMais  
(orientador(a) e presidente)

---

Prof Me. Leandro Campelo de Moraes – FacMais  
(Examinador)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**BIBLIOTECA FACMAIS**

**B333d**

BATISTA, Renato Antonio Souza

DIREITO AGRÁRIO: A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAUÇU - GO POR SEUS DIREITOS/ Renato Antonio Souza Batista. – Inhumas: FacMais, 2022.

57 f.: il.

Orientador (a): Elisabeth Maria de Fátima Borges

Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Movimentos sociais do campo; 2. Direito Agrário; 3. Camponeses. I. Título.

**CDU: 34**

Dedico esta monografia primeiramente a Deus, minha família, orientador e principalmente a minha avó e ao meu avô, que tornaram possível percorrer este caminho de aprendizagem e disciplina.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pela minha vida e por permitir-me ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Aos familiares, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

A minha orientadora, que aceitou o convite para me orientar nesta grande jornada e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos professores(as), pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Aos colegas de curso, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

*“A nossa dignidade consiste no pensamento. Procuremos, pois, pensar bem. Nisto reside o princípio da moral”. - Blaise Pascal*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>MST</b>	Movimento Sem Terra
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>CEB's</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>GREI</b>	Grêmio Recreativo Itauçuense
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>FETAEG</b> de Goiás	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado
<b>ITR</b>	Imposto Territorial Rural
<b>CCIR</b>	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
<b>SNCR</b>	Sistema Nacional de Cadastro Rural
<b>CAR</b>	Cadastro Ambiental Rural

## RESUMO

O Direito Agrário tornou-se mais reformulado com o passar dos tempos e mais abrangente na ampla área do Direito. Ante o exposto, apresenta-se o problema da pesquisa, qual seja: como se deu a organização dos camponeses de Itauçu na luta por seus Direitos?. O objetivo geral desta pesquisa é mostrar a forma como se deu a luta dos trabalhadores rurais na cidade de Itauçu, mostrando a forma como conquistaram seus direitos, através de movimentos sociais criados por eles. Este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo com o intuito de compreender a influência da prática do Direito Agrário nos acontecimentos da década de 1950 a 1960. Como resultado da pesquisa, obteve-se uma amostra das experiências vividas pelos trabalhadores rurais, não apenas na cidade de Itauçu, mas em todo o Estado de Goiás. Sendo assim, pode-se concluir que os vários esforços realizados pelos camponeses para conquistar seus Direitos apresentou resultados, os quais refletem na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais do campo. Direito Agrário. Camponeses.

## **ABSTRACT**

Agrarian Law has become more reformulated over time and more comprehensive in the broad area of Law. The general objective of this research is to show how the struggle of rural workers in the city of Itauçu took place, showing how they conquered their rights through social movements created by them. This work aimed to carry out a study in order to understand the influence of the practice of Agrarian Law in the events of the 1950s to 1960s. As a result of the research, a sample of the experiences lived by rural workers was obtained, not only in the city of Itauçu, but throughout the State of Goiás. Thus, it can be concluded that the various efforts made by peasants to conquer their rights presented results, which reflect in today's society.

**Keywords:** Rural social movements. Agrarian Law. Peasants.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM ITAUCU E A QUESTÃO AGRÁRIA</b>	13
1.1 DIREITO AGRÁRIO	13
1.2 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM GOIÁS	15
1.3 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM ITAUCU	18
<b>2 A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAUCU POR SEUS DIREITOS DAS DÉCADAS DE 1950 A 1960</b>	21
2.1 A PASSAGEM DE SANTA DICA EM ITAUCU E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AGRÁRIA	21
2.1.1 SANTA DICA	22
2.2 LIGAS CAMPONESAS EM ITAUCU	25
2.3 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB EM ITAUCU	30
<b>3. ORGANIZAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO NA DÉCADA DE 1980</b>	34
3.1 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	34
3.2 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E O SINDICALISMO EM ITAUCU	36
3.3 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUCU	37
3.4 DIREITOS QUE A SINDICALIZAÇÃO GARANTIU AO CAMPONÊS	45
3.5 GARANTIA DE RESPALDO JURÍDICO	46
3.6 OPORTUNIDADES DE CURSOS E TREINAMENTOS	47
3.7 APOSENTADORIA	47
3.8 ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE DAP	48
3.9 APOIO A SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS	48
3.10 APOIO NA REALIZAÇÃO DO ITR, CAR e CCIR	49
3.11 MORADIA RURAL	49
3.12 AUMENTO DA FORÇA DA CATEGORIA	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	53
<b>REFERÊNCIAS</b>	54

## INTRODUÇÃO

Pretende-se, nesta pesquisa, analisar a luta dos camponeses de Itauçu por seus direitos. Este trabalho propõe examinar de que modo os camponeses se organizaram e quais entidades ofereceram apoio a eles. Este trabalho consiste em mais um esforço no sentido de reconstrução do conhecimento sobre a forma como os camponeses se uniram na luta por seus direitos em Itauçu e tem o propósito de contribuir para a compreensão de certos parâmetros que nortearam a história do Direito Agrário em Itauçu.

O Direito Agrário é uma ramificação do Direito, que objetiva analisar as relações entre o homem e a propriedade rural. No mundo hodierno, o Agrário acompanha a evolução do direito ambiental.

Ante o exposto, apresenta-se o problema da pesquisa, qual seja: como se deu a organização dos camponeses de Itauçu na luta por seus Direitos?

Esta pesquisa se justifica social e cientificamente além de proporcionar um debate sobre o direito agrário, justifica-se também por ser um espaço para mostrar ao povo itauçuense os valores históricos e sociais da cidade. Apresentaremos as conquistas históricas do campesinato na história goiana.

O objetivo primordial da pesquisa foi analisar a luta dos camponeses de Itauçu por seus direitos. Os objetivos específicos foram: analisar a expansão do capitalismo no campo em Itauçu e sua relação com a questão agrária; compreender a luta dos camponeses em Itauçu e a luta pela questão agrária; compreender a organização do novo sindicalismo rural em Itauçu na década de 1980, buscando entender suas bandeiras de luta por seus direitos.

Os referenciais teóricos que deram pistas da temática foram construídos com base nas leituras de Pessoa, Borges, Duarte e Guimarães. As leituras dos trabalhos destes autores permitirá a percepção de um viés de análise que busca evidenciar a luta dos camponeses por seus direitos.

A pesquisa parte da hipótese de que a organização dos camponeses de Itauçu na luta por seus Direitos se deu mediada por agentes sociais, bem como o Partido Comunista e a Igreja Católica.

A metodologia empregada será a revisão da literatura.

Acredita-se que, analisar a forma como os camponeses de Itauçu lutaram por seus direitos contribuirá para a elucidação de retalhos da memória do Direito Agrário em Goiás.

## 1 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO EM ITAUÇU E A QUESTÃO AGRÁRIA

Pretende-se abordar neste capítulo, a forma como o capitalismo se expandiu em itauçu e como isso afetou a questão agrária da região. Este capítulo versa sobre como se alastrou o capitalismo em itauçu, dessa forma também contando um pouco sobre a história e formação deste município. Para tal, ele está dividido em 03 partes.

Na primeira parte será abordado o conceito do Direito Agrário, e como ele foi de extrema importância para o estado de Goiás e para seu povo, principalmente para os camponeses. Na segunda parte, será discorrido sobre as aprovações e reprovações que o capitalismo trouxe para o campo em Goiás. Já na terceira parte será falado sobre o avanço do capitalismo em Itauçu, seguido de uma breve história da cidade de Itauçu, de como se formou seus ideais e objetivos perante as questões agrárias da época.

### 1.1 DIREITO AGRÁRIO

De acordo com o autor Daniel Augusto Ribeiro (2016) O Direito Agrário conseguiu sua autonomia, de forma que a própria Constituição Federal, em seu artigo 22, inciso I, o colocou junto a outros importantes e consolidados ramos do Direito.

Assim, o Direito agrário enquanto ramo autônomo, requer uma conceituação que considere o dinamismo de suas interações sociais e econômicas. O direito à propriedade privada está presente no Direito e na realidade brasileira, cujos institutos de proteção são assegurados pela legislação. Nesse sentido, o cumprimento da função social é um dos requisitos que confere proteção à propriedade agrária, estando assegurada no texto constitucional, que também estabelece as exceções para o exercício e autoriza a intervenção do Estado, como a instituição de servidões administrativas. Cabe, no entanto, indenização pelos prejuízos que efetivamente caracterizam a redução do potencial econômico da propriedade, o que, conciliado com aspectos públicos e constitucionais, será mitigado caso não se tenha o cumprimento da função social.” (RIBEIRO, 2016, p. 22).

O quadro abaixo aponta as fontes do Direito Agrário, classificando-as em três grupos: imediatas, diretas ou formais; mediatas ou indiretas e materiais.

**Figura 1-** Fontes do Direito agrário



**Fonte:** FISHER, 2018, p. s/p.

Direito Agrário é o ramo do Direito que visa o estudo das relações entre o homem e a propriedade rural. Atualmente, o direito Agrário acompanha a evolução do direito ambiental conforme está sendo estudado sob novas teorias geopolíticas.

As formas existentes de direito alternativo estão surgindo hoje com o desenvolvimento de novas ideias e novas pesquisas interdisciplinares. A partir do conhecimento histórico e geográfico, o ser humano criou normas jurídicas para regular seu comportamento de acordo com o meio em que vive, fazendo assim o uso correto da topografia regional.

Do ponto de vista geopolítico, o direito fundiário está primeiramente relacionado ao direito ambiental e depois ao direito territorial e internacional. Há também a perspectiva do direito ambiental agropecuário, introduzindo conceitos ecológicos na construção do direito agropecuário, de modo que não apenas questões relacionadas à agricultura possam ser estudadas, mas também a dimensão da proteção ambiental e o impacto da agricultura no meio ambiente.

A luta dos camponeses por seus direitos foi uma luta tortuosa e de grande vagareza. Conforme dito por Loureiro (1982), a estrutura econômica de Goiás é determinada pela agropecuária. Foi através da produção que os homens começaram a estabelecer relações sociais, seus princípios e ideais. Pode-se dizer que a estrutura econômica e a superestrutura são um todo; a educação como superestrutura é uma parte do todo. Se olharmos para a estrutura goiana como agrária, a conclusão dedutiva é de que a educação no campo deve ter lugar de destaque na história educacional do estado.

A luta dos trabalhadores rurais é relatada de forma árdua e condenável. Há homens e mulheres com uma vasta experiência relatando eventos, fatos,

relacionamentos, sofrimentos, dores, etc. Em suma, é falado de uma situação não registrada em documentos escritos, mas em suas memórias. Na forma social das pessoas simples, revela-se o alcance da compreensão da possibilidade histórica viva.

## 1.2 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM GOIÁS

No processo de expansão capitalista, as contradições dos direitos de uso da terra surgiram uma após a outra, manifestadas na resistência dos camponeses das regiões centro e norte aos comportamentos de grilagem de grileiros, camponeses e empresários.

A primeira ocupação do território goiano se deu pelas populações indígenas. Com o “descobrimento” do Brasil, ou seja, quando os portugueses chegaram em solo brasileiro, o estado de Goiás não foi um dos primeiros a ser ocupado pelos europeus. A primeira ocupação das formas de ocupação do território goiano ocorreu inicialmente por causa do ouro. Palacin (1972) mostra que esse ciclo não foi muito duradouro, por isso a população local abandonou a mineração e voltou para as atividades rurais. Nesse período, a pecuária pode ser vista como uma importante forma de ocupação de Goiás, tornando-se a mais importante fonte de renda até o início da década de 1950.

Com a chegada da ferrovia no Estado, deu-se início a produção agrícola. Essa nova forma de produção chegou a sobrepor a pecuária, contudo, sem a substituir. Quando a ferrovia atinge a região central do Estado de Goiás, a região do Mato Grosso goiano acabou por permitir o avanço da produção agrícola até o norte goiano.

Campos (1998), analisando o processo de ocupação das terras do Estado mostra que aqui os grupos utilizam-se de várias formas de se estabelecer na terra, ou seja, de ocupação do território. Além disso, mostrou que nesse processo a elite dominante utilizou de vários recursos, bem como uma legislação para impedir que a população mais pobre tivesse acesso a ela. O autor a denomina de “legislação impeditiva”, uma vez que nela a requisição de terras partia de inúmeras exigências burocráticas, os levantamentos e as demarcações, além do preço que fez com que o acesso à terra fosse limitado ao pecuarista, o criador de gado.

O desenvolvimento da economia mineira do Brasil contribuiu para uma série de transformações na colônia ao longo do século XVIII. O processo de interiorização impulsionado pelos pioneiros, o crescimento populacional, o endurecimento financeiro da família real portuguesa e o pluralismo social são apenas alguns dos aspectos que podemos apontar nesta nova era.

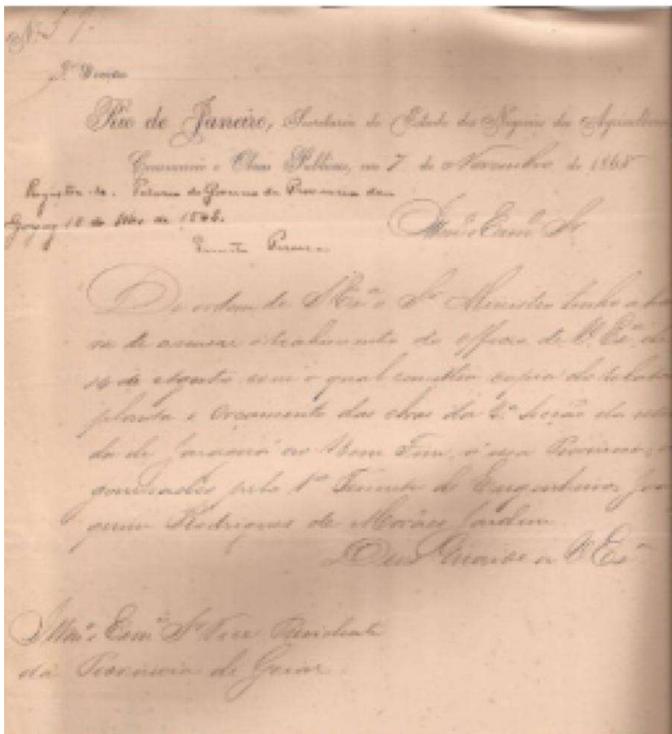
No entanto, não podemos resumir esse rico momento do nosso passado como mineração de ouro e ganância urbana. Naquela época, a travessia do burro e da égua era toda a articulação da nova fase da economia colonial. No entanto, não é o "papel histórico" de uma mula que é mencionado aqui, mas o "papel histórico" de todas as tropas de mulas, que se carregavam de mantimentos e produtos das mais diversas regiões do país, a fim de abastecer as populações gerais dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Desta forma, o tropeirismo torna-se uma nova atividade que promove a interligação entre os dois pólos econômicos que antes não existiam. As mercadorias importadas e os alimentos eram transportados no lombo de mulas que cortavam várias trilhas que integravam os diferentes pontos do território. Quando não estavam aproveitando as estradas que os índios abriram há muito tempo, cabia aos pastores desmatar a velha floresta para abrir novos caminhos.

Os tropeiros, na maioria das vezes, eram obrigados a cruzar vastas florestas, criando um caminho seguro para os transportes das mercadorias e suprimentos. Segundo Reis (1979), em 21 de Fevereiro de 1855, o major Torquato José de Barros Cachapuz e Chaves, construtor da picada de Canastra a São Patrício, completou 13.110 braças de serviços sem encontrar obstáculos insuportáveis, mas o serviço seguia lento, sem prazo para término em razão da pouca mão de obra encontrada.

Os primeiros caminhos atravessados pelos tropeiros os levava à Capital, cidade de Goiás, passando por Goiabeiras, Catingueiro Grande e Curralinho, abrindo caminho até Mossâmedes, que finalmente iria desaguar no florescente povoado de Anicuns, um dos últimos do ouro.

**Fotografia 2** - Ofício da Corte, Rio de Janeiro, de 1868, dispondo sobre a construção de caminhos no território goiano.



**Fonte:** Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado (2013, p. 67).

O documento acima se trata da aprovação para construção de estradas vindas diretamente do Rio de Janeiro, datado de 1868. O mesmo se dispõe da construção de caminhos feitos pelos tropeiros pelo território goiano. Seu objetivo era facilitar a passagem dos tropeiros pelo território brasileiro, pois os mesmos eram de extrema importância para a economia do País.

Em 1830, oito anos após a independência do Brasil, Joaquim Alves de Oliveira, intelectual e empresário goiano, financiou a compra de máquinas gráficas importadas da Inglaterra, com o propósito de mudar-se para o antigo Arraial de Meia Ponte (hoje Pirenópolis). O primeiro jornal do Centro - Oeste brasileiro: "A Matutina Meiapontense". O periódico foi publicado por quatro anos (1830-1834) e, além de Goiás, foi distribuído para os estados de Mato Grosso e Minas Gerais. Matutina também serviu como primeiro diário oficial do estado, imprimindo as atas da Câmara Legislativa de Goiás. Nos quatro anos desde seu lançamento, "A Matutina Meiapontense" noticiou os fatos da época, mas também recebeu diversas cartas de leitores. Pela primeira vez, estimulando a interação pelo meio de comunicação, tornando-se o símbolo maior da modernidade goiana.

Mesmo que a Lei de Terras de 1850 tenha proibido o “apossamento” aqui em Goiás, esse apossamento foi muito praticado. A realidade socioeconômica do Estado possibilitou isso, uma vez que as famílias que se dedicavam à pecuária extensiva e as lavouras de subsistência não legalizaram suas terras, na maioria das vezes por ser um processo muito oneroso (CAMPOS, 1998).

Campos (1988) evidencia que nesse processo de ocupação das terras ocorreu o que ele denomina de “moldura institucional”, que foi capaz de maquinar um tipo de ocupação da grande propriedade ao impedir a ocupação do posseiro pobre, para facilitar a ação do pecuarista, além da presença do “grileiro”, pessoa influente na política municipal de estadual, que nos anos de 1950 a 1960 entraram em conflito com os posseiros pela terra.

Otávio Lage, que foi governador do estado de Goiás (1966- 1971), em seu plano de Governo declara que o Estado de Goiás não pretendia atender a tendência demagógica dos socializantes e dividir as terras goianas em glebas doadas às famílias de posseiros, pois eles não teriam condições de as sustentar, nem capacidade de produção, visto que isso acarretaria no empobrecimento do Estado. (CAMPOS, 1998). Fica nítido, assim, a postura do Estado em favor da elite agrária.

A seguir será mostrado como se deu essa ocupação no município de Itauçu.

### 1.3 A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM ITAUÇU

A região onde é hoje o município de Itauçu foi inicialmente habitada por posseiros. Borges (2005), pesquisando a história da região relata que o local em que hoje situa a cidade teve como primeiro posseiro o senhor Geronymo José Santiago, que vendeu os direitos ao Comendador Felipe Antonio Cardoso, que depois a transferiu a Matheus Vieira Gonçalves, em 6 de maio de 1845, que a dividiu em duas partes. Nota-se que no ano de 1911, o Coronel Ernesto Baptista de Magalhães, que era um tropeiro, comprou a parte situada ao lado direito da margem do rio Meia Ponte. Foi esse tropeiro que inaugurou um novo modelo de prática agrícola na região.

Borges relata que em 1911, quando o coronel chegou à região, havia ali apenas dois velhos ranchos: o de Antonio Fernandes e o de Simão Vieira. Nesse sentido, a instalação do coronel na região atraiu outras famílias para o local.

A chegada do Coronel Ernesto Baptista acarretou grandes mudanças na região, ele viu nestas terras goianas uma ótima forma de gerar capital. Borges (2005) elucida que o Coronel derrubou as matas virgens, substituindo-as por extensos cafezais. O café estava chegando a Goiás, seguindo as linhas da estrada de ferro. É a chamada frente pioneira do café, pois, nesta época, São Paulo já estava com o solo esgotado, o que fez com que populações se dirigissem ao interior do país.

O município de Itauçu teve um grande aumento populacional a partir da década de 1930, em decorrência da política nacional “Marcha para o Oeste” que visava incorporar Goiás às exigências da produção capitalista nacional. A economia brasileira orientava-se para o modelo de industrialização por substituição de importação, absorvendo Goiás como fornecedor de matérias-primas industriais e alimentos destinados ao abastecimento das grandes cidades brasileiras. (BORGES, 2005).

Borges relata que os primeiros depoimentos de europeus passando nessa região foram os de Manoel Correia e depois do pai Bartolomeu Bueno em suas andanças em busca de ouro. O início do povoamento começou com a abertura da estrada no início do século XIX, ligando a sede do Capitão Goiás ao sul do país. A área fértil tem boas pastagens e, além de ser bem servida por hidrovias, este século tornou-se parada obrigatória e base para o gado e rebanhos que transitam entre o sul e o centro do estado.

Com a chegada da família do coronel, que representa a frente pioneira, começava uma nova modalidade de agricultura na região, já que antes era cultivada apenas agricultura de subsistência, mas com o coronel começa o plantio de agricultura de exportação e na década de 1930 o coronel Ernesto Baptista Magalhães tornou-se o maior produtor de café do estado de Goiás, com uma lavoura de 200.000 pés de café. (BORGES, 2005).

No ano de 1929 sua fazenda já havia se tornado uma referência de modernidade, uma vez que ele havia instalado em sua fazenda uma turbina de trinta cavalos que gerava energia para sua fazenda, movia uma serraria e máquinas para beneficiar café, além de fornecer energia elétrica a algumas casas do povoado :

O sr. Ernesto Magalhães empreendedor como sempre, lá montou uma possante serraria e máquinas de beneficiamento de café, cujos produtos são transportados aos mercados consumidores em caminhões e móveis. Este referido senhor, que é o maior lavourista

do Estado de Goyaz, possui uma lavoura de 200.000 pés dessa preciosa rubiácea, isto é, entre novos e frutíferos clientes. A safra anual tem sido de 5.000 arrobas, com possibilidade de atingir a tríplice a de 1932. É assim, a snr. Ernesto B. de Magalhães, o rei do café goyano (CASTRO, 1933, p. 130).

Abaixo, uma fotografia que mostra como era a cidade de Itauçu na década de 1930. Percebe-se que a principal avenida da cidade era de chão batido, o transporte principal ainda era os cavalos.

**Fotografia 3** - Avenida Belo Horizonte - Itauçu na década de 1936.



**Fonte:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itauçu/historico>

Com o avanço do capitalismo nos campos em Itauçu, aumentaram-se conflitos e tensões na década de 1950. Tal fato ocorreu em razão do encontro entre o capital com a economia de subsistência. Aos poucos, essas lavouras foram sendo substituídas pelas pastagens de gado. O próximo capítulo abordará esses conflitos.

## **2 A LUTA DOS CAMPONESES DE ITAUÇU POR SEUS DIREITOS NAS DÉCADAS DE 1950 A 1960**

Neste capítulo será articulado a dura luta dos camponeses de Itauçu por seus direitos nas décadas de 1950 a 1960. O objetivo deste capítulo é mostrar a grande luta dos camponeses rurais que sofriam nas mãos dos grandes proprietários rurais que exploravam seus serviços de forma absurda e irracional. Este capítulo será dividido em 04 partes. Na primeira, será abordado sobre a passagem de Santa Dica em Itauçu e sua relação com a questão agrária, que falará sobre a grande peregrinação da Santa Dica em Goiás. Na segunda parte, será dialogado sobre as ligas camponesas em Itauçu, que foi um grande marco na história Itauçuense. Na terceira parte, o Movimento de Educação de Base. Já na quarta parte, será explicitado sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em Itauçu

### **2.1 A PASSAGEM DE SANTA DICA EM ITAUÇU E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AGRÁRIA**

O movimento messiânico de Santa Dica faz parte da luta pela terra no Estado de Goiás. Esse movimento messiânico se iniciou em 1920 em Pirenópolis, Goiás. Com o movimento de “Santa Dica”, os fiéis veem em sua figura uma líder, haja vista que seu discurso messiânico fez com que ela fosse obedecida sem questionamento, pois suas ordens eram emanadas dos céus sem interferência e sem a necessidade de livros sagrados.

“Santa Dica” se caracteriza por um movimento bastante estudado que é o Messianismo, o qual se constitui por meio de uma concepção judaica no messias como aquele que viria para libertar o seu povo e criaria ou restauraria um novo governo de paz e prosperidade. Trata-se, portanto, de um líder religioso e social, possui caráter carismático, virtudes extraordinárias e portador de uma mensagem o que vai contra oposição a uma ordem clerical vigente. São considerados movimentos sociais por estabelecerem grupos dinâmicos, coletivos e buscarem o rompimento de estruturas repressoras, principalmente governamentais. Além de uma possibilidade para sanar as injustiças.

### 2.1.1 SANTA DICA

Santa Dica foi considerada uma camponesa e uma líder revolucionária que utilizou a religião como ferramenta de coesão e ação para buscar a reestruturação social a fim de eliminar as desigualdades. Enquanto os sertanejos a viam como um "santa", o reduto estava cheio de gente em busca de milagres, proteção e talvez um mundo melhor. O seu carisma e sua beleza era algo que cativava todos a sua volta. Os seus seguidores a viam como um Anjo que os guiaria para o Paraíso Sagrado, longe de tudo que era Mal e Profano.

Como dito por Éder Honesto:

O significado mais profundo do Movimento de Santa Dica foi a percepção por parte dos camponeses das relações desiguais de classe que moldavam a existência. Perceberam que existem duas classes: aquela que detém o controle, nesse caso a posse, de uma maneira ou de outra da terra; e aquela que não há tem. Durante o desenvolvimento do movimento, as pessoas que ali estavam começaram então a perceber que essa relação dual existia e viram ao mesmo tempo que, para se desvencilhar de tal situação, algo teria que ser feito. A religião aparece então como mobilizadora das expectativas de uma nova ordem social mais justa, fazendo com que os camponeses que participam desses movimentos creem, com um favor religioso, que o domínio ou a opressão que sobre eles se abate irá ter fim (HONESTO, 2020, p. 35).

Santa Dica foi considerada uma camponesa e uma líder revolucionária que utilizou a religião como ferramenta de coesão e ação para buscar a reestruturação social a fim de eliminar as desigualdades. Enquanto os sertanejos a viam como um "santa", o reduto estava cheio de gente em busca de milagres, proteção e talvez um mundo melhor. O seu carisma e sua beleza era algo que cativava todos a sua volta.

Os seus seguidores a viam como um Anjo que os guiaria para o Paraíso Sagrado, longe de tudo que era Mal e Profano.

Nesse sentido, Dica começou a ser vista como a pessoa que iria livrá-los das enfermidades e males terrestres, tais como a fome, guerra, doenças, pobreza e os maus espirituais. Muitas pessoas eram questionadas sobre o porquê de abandonar seus lares, que na maioria das vezes eram extremamente distantes do reduto em que se encontra a Santa Dica. A resposta era simples: contemplar as curas

milagrosas que se diziam serem feitas pela Santa. Mas a principal razão era buscar uma vida melhor, buscando mais oportunidades em uma sociedade tão desigual. (HONESTO, 2020).

Santa Dica era uma mulher além de seu tempo. Pensava de forma completamente revolucionária, queria apenas o melhor para o seu povo. Com o desenvolvimento do reduto e as experiências de pessoas que antes não se conheciam, foi necessário começar a organizar a vida na comunidade. Como mencionado anteriormente, a sociedade ali é dominada pela jovem Dica, que começou a implantar as Leis e a Ordem. É interessante ressaltar que Dica dizia receber ordens dos anjos dos quais ela tanto reverenciava, pois as novas Leis seriam ditadas pelos anjos através de Dica, alegando que as velhas Leis não mais serviam para a nova Sociedade que estava a se formar. (HONESTO, 2020).

O Movimento de Santa Dica foi caracterizado pela união, a nova ideia de reunir gente em volta da Dica e atender os desejos de quem procura pela jovem. Uma nova visão da sociedade baseada na religião se formou no reduto. As principais pessoas que iam ao encontro da santa eram camponeses, os quais eram acostumados com a forma básica de trabalho da época. (HONESTO, 2020, p. 37-38).

Esse movimento conseguiu mostrar aos camponeses o mundo de subjugação a quem estavam submetidos e ao mesmo tempo pontuava a necessidade de construção de uma nova realidade:

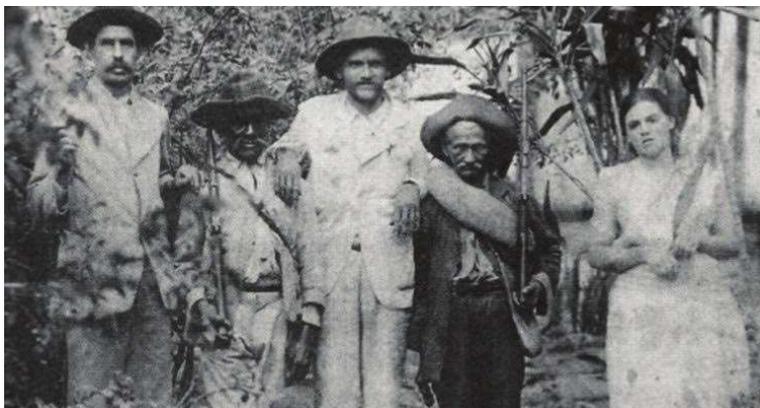
Essa sociedade que forma o reduto, não estando jungida pela ideologia dominante, era capaz de construir seu próprio projeto de mundo e de lutar por sua concretização. ... Assim, se organizaram desenvolvendo sua capacidade no sentido de articular suas ações para obter a satisfação de sua demanda. (VASCONCELLOS, 2013, p.178).

A ideia de Dica era trazer mais e mais pessoas para o seu reduto, com o objetivo de direcioná-los para o caminho da nova Sociedade que estava por vir. No reduto, Dica oferecia aos seus seguidores conhecimento, cuidados médicos, e mostrava a eles a forma tirânica que seus governantes tratavam seus cidadãos.

Entretanto, a santa não estava a salvo daqueles que queriam que tudo aquilo que ela construiu acabasse rapidamente. A presença dos devotos de Dica começou a incomodar não somente os Coronéis de Pirenópolis, mas também a Igreja Católica,

em especial, a Ordem dos Redentoristas. (HONESTO, 2020, p. 38-40).

**Fotografia 4** - Santa Dica e os camponeses armados.



Fonte: <https://pirenopolis.tur.br/cultura/historia/santa-dica>

Aqui nesta fotografia podemos ver Santa Dica e sua tropa de camponeses armados e prontos para enfrentar a opressão dos governantes locais.

Os Coronéis estavam se sentindo incomodados, especialmente pelo fato da Santa proibir os trabalhadores de trabalharem aos finais de semana e feriados santos. Os adoradores da Santa Dica, armados, juraram protegê-la contra qualquer tentativa de prisão. As autoridades de Pirenópolis, juntamente com a polícia municipal, se declararam impotentes contra os diqueiros. Restou ao Governo

Estadual, em março de 1925, mandar um destacamento, sitiar o local e prender Dona Dica. Um mínimo seria o suficiente para o massacre. Quando um tio de Dica atirou contra os policiais, choveu projéteis de metralhadoras sobre as palhoças e o sítio de Dica. (HONESTO, 2020, p. 18-19).

Daí surgiu um mito: o povo começou a dizer que as balas iam de encontro à Dica, enrolavam em seus cabelos ou batiam em seu corpo e caíam pelo chão. Tanto que houve apenas três mortes. Dica ordenou a todos que atravessassem o rio Jordão, que passava por detrás de sua casa, para fugir do massacre (STECKELBERG, 2021).

Dica foi resgatada por um de seus fiéis, puxada do rio pelos cabelos e acabou sendo presa. Dizem na tradição oral que Santa Dica neste episódio amarrou uma sucuri no poção ao fundo de sua casa para que os soldados não pudessem atravessar o rio. Até hoje a população de Lagolândia acredita e não nada naquele local com medo da sucuri da Santa Dica (STECKELBERG, 2021).

**Fotografia 5** - Santa Dica



**Fonte:** <https://pirenopolis.tur.br/cultura/historia/santa-dica>

Podemos ver aqui uma pintura de Benedicta Cypriano Gomes, a Santa Dica. Podemos afirmar então que as histórias são verdadeiras, que Benedicta encantava qualquer homem do sertão que contemplasse a sua beleza e também sua determinação. A passagem de Santa Dica pelo Estado de Goiás se tornou lendária devido aos seus feitos realizados aqui. Viagens foram feitas por todo o Estado.

Borges (2005) analisa a passagem de Santa Dica por Itauçu como o primeiro momento de conscientização dos camponeses sobre a importância da organização por seus direitos. A autora relata que, por ser um movimento messiânico, criou-se algumas lendas sobre a moça, que era vista como uma mulher que usava de sua beleza para encantar os rapazes, atraindo-os para que a seguissem. Em Itauçu, essa lenda permaneceu por anos, sendo lembrada como a moça que por encantamento conseguiu tirar rapazes de suas famílias para que a seguissem.

Sua passagem pelo município de Itauçu foi significativa, até hoje é lembrada, mesmo que de forma lendária. Ela foi a primeira a mostrar aos camponeses itauçuenses o mundo de exploração que eles viviam, bem como a possibilidade de construção de uma nova realidade no campo. Contam que vários rapazes do local a seguiram. Ademais, alegam que isso ocorreu pelo “encanto” que ela jogou sobre eles.

## 2.2 LIGAS CAMPONESAS EM ITAUÇU

As Ligas Camponesas foram um importante movimento social do campo:

A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da

industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

O fundador da Associação de Itauçu, chamado Sebastião Gabriel Bailão foi um mineiro natural de Martins Campos, nascido no dia 02 de novembro de 1937, Bailão – como é popularmente conhecido – foi criado por uma família de coronel para a qual trabalhava desde criança nas lavouras. Ao analisar a vida deste líder das Ligas Camponesas, deparamo-nos com um perfil de um moço cujas atitudes deixam transparecer mais a cultura camponesa (solidariedade, religiosidade popular) que a ideologia do Partido Comunista.(BORGES, 2005, p. 41-42).

Esse fato leva-nos a questionar se as atitudes dos trabalhadores rurais nas Ligas Camponesas, líderes ou não, demonstram a ideologia do Partido e se eles eram sujeitos ativos ou agiam teleguiados pelo Partido. A história da família de Bailão coincide com a de inúmeras famílias de migrantes que chegavam em Goiás com o sonho de “melhorar de vida”. Geraldo Marques, cunhado de Bailão, já participava das reuniões do Partido Comunista e foi por meio do Partido que eles ficaram sabendo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e para lá se dirigiram:

Quando faltava uns dois anos prá terminar o nosso contrato surgiu a Colônia de Ceres, Rialma e nós resolvemos largar a fazenda, pagar arrendo, essas coisa e ir atrás das terras, que é o que almeja as pessoas até hoje [...] Entramos nas terras virge e depois de três meses viemos buscar a família, já tinha barraco montado tudo lá e começamo a produzir (Sebastião Bailão, 2004 apud BORGES, 2005, p. 42).

O significado político da campanha do Sindicato dos Camponeses da Cidade de Itauçu se relaciona com as questões camponesas surgidas da campanha nos debates políticos de 1955 a 1964. Uma das preocupações desta pesquisa é a definição de situações em que os trabalhadores desenvolvem o capitalismo no campo. Os conflitos agrários estão além do âmbito econômico imediato, pois se localizam mais no campo do poder, portanto, as Ligas Camponesas apontam para

uma crise de poder. (BORGES, 2005)

O depoimento de um trabalhador rural de Itauçu, citado por Guimarães, cujo nome não foi informado, revela as condições de trabalho na agricultura no município de Itauçu no ano de 1956, quando fundaram a associação:

A Associação Itauçu nasceu em uma época difícil. As necessidades de luta nessa região era porque tava começando a ilusão de que o camponês fosse pro norte ia melhorá de vida e pra existir um entendimento, um respeito mais pelo trabalhador. Tava começando esse negócio do camponês ir para a cidade ou pro norte. Aos poucos tava acabando aquele negócio de trabalho manual. Quando era mato tocava aquilo com machado e facão. Então criamos a associação pra discutir isso, pra exigir do governo essas coisas. Inclusive, o pequeno e o médio proprietário. Era uma região que tinha minifúndio... Nessa região tinha mais arrendo. Era zona de formação de café e tinha também parceiro. Lá tinha mais as pequenas propriedades existia muita gente... As vezes era uma fazenda de 30 alqueires que tinha 6 ou 8 empregado. (GUIMARÃES, 1988, p. 66).

O município de Itauçu foi e ainda é uma pequena área de lavoura, onde antes se formavam os cafezais após o desmatamento com machados e facão. É neste contexto que em 1956, sob a liderança do Partido Comunista, foi criada na cidade a Associação dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas de Itauçu. (BORGES, 2005). Testemunhos de camponeses revelam a situação dos trabalhadores migrantes.

As Ligas Camponesas em Itauçu representaram uma forma de organização desses trabalhadores. Na segunda metade do século XX, as associações constituíram-se na principal experiência de organização de trabalhadores rurais, com a criação de ligas camponesas no estado de Goiás. A primeira foi a Associação de Trabalhadores Rurais de Formoso, fundada em 30 de janeiro de 1954, e que tinha como um de seus objetivos defender os posseiros da grilagem da terra. A segunda foi a Associação dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, fundada em 1956 (PESSOA, 1999).

As duas associações diferenciavam-se, pois em Formoso houve a luta armada, ao passo que, em Itauçu isso não ocorreu, uma vez que a luta nesse município buscava a aplicação de leis em favor dos trabalhadores rurais. A associação de Itauçu foi fundada em meio à crise, provocada pela expulsão do trabalhador arrendatário para novas frentes de expansão (SILVA, 2006, p. 28-29).

Na década de 1950 a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás (ULTAG) deu às associações um caráter legal. A partir de então elas passaram a ter estatutos e registros, tudo dentro da legalidade. No Estado de Goiás, duas associações foram criadas a partir de 1954: a de Trombas e Formoso e

a de Itauçu. A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu era voltada para a defesa da baixa do arrendo e foi fundada pelo camponês Sebastião Bailão (BORGES, 2005).

No ano de 1963 a criação do sindicalismo rural foi impulsionada no Brasil e então os camponeses, que geralmente eram excluídos de seus direitos trabalhistas, passaram a contar com uma organização que os protegessem:

os trabalhadores rurais, em geral, haviam sido excluídos dos direitos de organização e proteção trabalhista concedidos, parcialmente, aos operários urbanos. Na medida em que as condições reais, geradas por tensões e conflitos no campo, impuseram aos trabalhadores rurais no cenário político, o Estado formulou a proposta de sindicalismo rural, numa tentativa de direcionar a mobilização no campo. O Estado, então, passou a estimular a organização sindical como recurso para instituir os limites legais da participação dos trabalhadores rurais (GUIMARÃES, 1988, p. 110).

Um outro grande ganho para os camponeses foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que foi sancionado pela Lei nº 4214, em 2 de março de 1963. Esse estatuto estabelecia as normas que se referiam à organização dos sindicatos, federações e confederações. Uma vez que essa Lei não foi imediatamente regulamentada, o governo federal assinou a Portaria nº 364/17.06.63, estabelecendo que as entidades sindicais usassem as prerrogativas de representação de seus associados, enquanto tramitava os registros das mesmas (GUIMARÃES, 198).

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu presidida por Bailão teve sua carta de reconhecimento sindical expedida em 1º de maio de 1963 (BORGES, 2005).

O trabalho sindical de Bailão em Itauçu era mais focado no assistencialismo, visto que as reivindicações dos trabalhadores rurais eram quase sempre de cunho individual, buscando assistência médica, odontológica, educacional e jurídica. A assistência jurídica concentrava-se em acordos, verbais ou judiciais, com os proprietários de terra, e o acordo judicial só ocorria se o diálogo fosse totalmente inviabilizado (BORGES, 2005).

**Fotografia 6** - Ligas camponesas no Brasil



**Fonte:** <https://uniaoanarquista.wordpress.com/2014/06/04/a-luta-camponesa-e-a-ditadura-civil-militar-brasileira-o-papel-da-repressao-e-da-tutela-sindical-sobre-os-trabalhadores-do-campo/>

Nesta fotografia pode-se analisar a organização feita pelos trabalhadores rurais em busca de seus direitos. Através da Lei nº 4.214, em 2 de março de 1963 foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecendo normas que se referiam à organização dos sindicatos, federações e confederações. (GUIMARÃES, 1988).

Devido a essa legislação durante o ano de 1963, os sindicatos dos trabalhadores rurais expandiram-se em vários municípios goianos. O Partido Comunista foi de grande valia na sindicalização dos trabalhadores rurais em Goiás. Nesse período, já havia as associações, que foram transformadas em sindicatos. A criação de sindicatos era uma forma que as lideranças do PC encontraram para forçar o Estado a realizar as reformas de base. (BORGES, 2005).

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, presidida por Bailão, teve sua carta de reconhecimento sindical expedida em 1º de maio de 1963, sendo entregue aos trabalhadores rurais no dia 23 de junho do mesmo ano. O Jornal “O 4º Poder” fez uma matéria sobre esse dia:

Hoje em Itauçu às 14 horas, presentes diversas autoridades especialmente convidadas será feita a entrega ao Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais, daquele município de sua carta de reconhecimento sindical, expedida a 1º de maio passado, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social. O Sr. Sebastião Bailão, presidente da entidade de lavradores e trabalhadores rurais de Itauçu informou ao QP que, entre outros convidados para a solenidade, o Sr. Ary Demosthenes, Secretário do Governo; o Sr. Otacílio Alves de Castro Júnior, Delegado Regional de Trabalho; o Sr. Érides Guimarães, Secretário do Trabalho; o deputado José Porfírio; vários 73 líderes de sindicatos rurais e urbanos e líderes estudantis. Os camponeses de Itauçu ofereceram um almoço às

autoridades convidadas (BORGES, 2005, p. 51).

Borges (2005) aponta que em Goiás esse foi o primeiro sindicato a receber a carta de reconhecimento sindical. Isso revela a qualidade do trabalho que ali vinha sendo desempenhado.

A associação dos camponeses de Itauçu, organizada em 1956, teve uma enorme presença, elevando os trabalhadores rurais daquela época. A referida associação foi criada em meio a uma crise desencadeada pelo despejo de trabalhadores inquilinos para novas frentes de expansão. A área é composta basicamente por pequenas fazendas com muitos arrendatários, principalmente cafezais. Por isso, a luta pela redução dos aluguéis é a principal proposta da associação.

Em 1963, o sindicato se expandiu em vários municípios goianos. Uma das entidades que trabalhavam para a sindicalização dos trabalhadores rurais em Goiás era o Partido Comunista, que havia sido organizado por meio de associações e posteriormente transformado em sindicato. A criação de sindicatos foi uma maneira que os líderes do Partido Comunista descobriram para forçar reformas básicas no país (SILVA, 2006).

Todavia essa alegria do reconhecimento durou pouco, um ano depois o Golpe militar tratou de extinguir essa organização sindical. Em Itauçu, vários trabalhadores rurais foram presos logo após o golpe. Bailão conseguiu fugir, mas foi preso anos depois, em São Paulo. O medo tomou conta da cidade. O impacto sobre os trabalhadores rurais foi múltiplo: Bailão foi destituído do cargo parlamentar em 4 de abril de 1964, alegando ser comunista, antipatriótico, hostil às instituições religiosas e democráticas da nação brasileira, representando uma ameaça para a população itauçuense, por ser um elemento nocivo e subversivo. (BORGES, 2005)

Para não ser preso, Sebastião Bailão fugiu de Itauçu, retornando apenas em 2003, mas acabou sendo preso em 1971, ficou quatro anos preso no Cecaigo, cumprindo sua sentença de dez anos, que no caso foi reduzida por bom comportamento. Quando retorna para Itauçu, se depara com uma cidade que apenas discrimina os integrantes do movimento, taxando-os de criminosos, revolucionários e comunistas (BORGES, 2005).

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu foi fechada e seus documentos todos queimados. Os camponeses tiveram excluídos até o direito à memória e à justiça (BRITTO; LIRA, 2020).

Paralelo ao trabalho das Ligas Camponesas era desenvolvido outro trabalho de conscientização do camponês em Itauçu através do Movimento de Educação de Base, que é o próximo tema a ser abordado.

### 2.3 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB EM ITAUÇU

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado pela Igreja Católica em 1961, com apoio do Governo Federal e propunha-se a desenvolver programas de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas (BARBOSA; BORGES, 2016).

Em relação a esta temática, podemos nos embasar nas ideias de Barbosa e Borges (2016) que manifestam a convicção de que o Movimento de Educação de Base foi uma das experiências mais significativas de alfabetização de adultos realizada no Brasil, dada à sua originalidade como uma proposta de educação de base, bem como a sua capacidade de mobilização dos camponeses e de atuação em todo o território nacional.

Este movimento foi mais expressivo nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Leste. O Movimento de Educação de Base foi um dos mais fecundos avanços educacionais brasileiros no compromisso ético e profissional por cidadania para camponeses adultos. A educação de base, promovida pelo MEB proporcionou um dos momentos mais expressivos de mobilizações populares a partir da educação de base (BORGES, 2005).

A relação entre fé e política observada após 1970 e o conflito vivenciado pelo MEB nos primeiros dias da ditadura militar, se expressam de forma complexa e contraditória, revelando um dos aspectos da complexidade. O paradoxo dessa relação é a posição dos sujeitos como líderes da igreja diante dos preceitos religiosos e da visão de mundo que possuem. Destacava-se a importância do movimento dos trabalhadores como espaço fundamental de elevação cultural e moral da categoria (SILVA, 2006).

Os trabalhadores devem passar por algum tipo de ruptura ao lidar com esse avanço intelectual e moral, seguindo o conceito de senso comum de cosmovisão religiosa. O próprio José Moreira, supervisor do MEB, passou por essa experiência, porque no início tinha uma visão religiosa reducionista e, aos poucos, foi abrindo novos horizontes. Vários de seus poemas relatam as experiências vividas pelos trabalhadores rurais. O seu primeiro poema narra uma dessas experiências:

Eu fui nascido e criado  
por meus pais fui educado  
no recanto do sertão.  
Nesse sertão de Goiás.

A terra que eu gosto mais  
é meu berço de criação.  
Pouco a pouco fui crescendo  
até hoje estou vivendo.

Alegre sempre cantando  
pra disfarçar a tristeza  
e realçar a beleza  
deste meu sertão goiano.

Eu nasci no mês de julho  
sou caboclo sem orgulho  
só penso na salvação.  
Sou católico romano.

Uma porção de vezes por ano  
faço a minha confissão.  
Se eu pudesse, eu não pecava  
as leis de Deus eu guardava  
conforme Cristo ordenava.

Mas a fraqueza da matéria  
é que nos traz a miséria  
para o pobre pecador.

Mesmo sendo pecador  
eu peço a nosso Senhor  
que tenhas pena de mim.

Esse mundo é passageiro  
mas eu quero ser herdeiro  
Daquele que não tem fim.

Deste mundo nada quero  
a não ser o cemitério  
depois que eu perecer.

Da morte não me defendo  
mas do inferno temendo  
peço a Deus me defender.

(Poema de José Moreira)

O poema acima narrado por José Moreira demonstra como era, não só sua vivência, mas também a dos trabalhadores rurais da época, com aspectos religiosos, pois José acreditava que apenas a fé os manteria de cabeça erguida contra a opressão dos governantes e dos latifundiários. O autor revela que a vida no sertão goiano era árdua e difícil, mas que nunca perdeu as esperanças de viver em um

País melhor, onde os trabalhadores seriam tratados com dignidade e devidamente reconhecidos.

O grupo de trabalhadores que vivem dentro e no entorno da comunidade da Serrinha não estão presos a uma visão de mundo religiosa ou a algum reducionismo do senso comum. Isso não quer dizer que o ponto de vista científico e filosófico é a verdadeira, mas deve-se verificar o fato de que existem certos problemas religiosos, preconceituosos e reducionistas. Trabalhadores expostos a uma visão mais ampla da realidade, gradualmente, se conscientizaram desses reducionismos (SILVA, 2006).

Com o Golpe Civil-Militar, as licenças de funcionamento das organizações de trabalhadores, associações, sindicatos e partidos de esquerda, marxistas ou não, foram canceladas. Mas muitas destas coletividades continuam suas atividades clandestinamente. Diante disso, alguns membros do MEB-Goiás acabam se aproximando de uma organização política pioneira entre os grupos da chamada nova esquerda, a AP (JESUS, 2018).

Com a falta de recursos, as equipes centrais diminuem e a aproximação com a AP ameniza a falta de pessoal e a carência de equipamentos. É exatamente neste contexto que a equipe goiana da AP penetra na Comunidade Serrinha. Os mesmos eram bastante perseguidos pelos militares, por isso, mudavam constantemente as suas sedes. Com isso, muitos dos futuros seguidores tinham dificuldade em encontrar os “rebeldes”. Suas ações não mais colaboraram com o Estado e, por isso, deixaram de ser patrocinadas por eles, em resumo, estas organizações perderam vários de seus integrantes que não queriam ficar contra o Estado e serem futuramente condenados por eles, sobrando apenas os mais fiéis à causa (JESUS, 2018).

Esta situação leva a desarticulação do movimento em várias cidades, através dos vários inquéritos policiais realizados, que foram indiciados os líderes da AP de municípios próximos como Nova Veneza, Hidrolândia, Inhumas, Anápolis, Petrolina, Itumbiara, Jataí, Goiânia (JESUS, 2018).

Neste contexto, várias das famílias têm em seu favor a lei de usucapião rural, visto que algumas destas moravam a mais de quarenta anos nas fazendas. Desarticulados, os lavradores são impedidos de oferecer resistência ao processo de expulsão dos arrendatários – dentro da legalidade ou não. Assim que ocorrem as

prisões, os fazendeiros exigem que as esposas e filhos dos trabalhadores rurais abandonem as fazendas (BORGES, 2005, p. 88).

Silva (2006) relata que a questão do sindicalismo na área rural possui outras peculiaridades. Iniciou-se com o trabalho político realizado pelo Partido Comunista, na década de 1950-1960, que impulsionou as tentativas de organização dos camponeses em Goiás, através das Ligas Camponesas. Paralelamente, o trabalho do MEB também abordou a necessidade de sindicalização dos camponeses. Ambos os trabalhos foram extinguidos pelo golpe militar de 1964.

No próximo capítulo, será abordada a questão da organização do novo sindicalismo de Itauçu na década de 1980, através das Comunidades Eclesiais de Base.

### 3. ORGANIZAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO NA DÉCADA DE 1980

Este capítulo versa sobre a organização do novo sindicalismo de Itauçu na década de 1980, que nasce das Comunidades Eclesiais de Base. Será dividido em 04 partes. Na primeira parte será abordado as Comunidades Eclesiais de Base, dissertando sobre sua expansão e a sua importância nas regiões rurais. Na segunda, será falado sobre as Comunidades Eclesiais de Base e o Sindicalismo em Itauçu, pretendendo falar sobre as CEB's em Itauçu e de como se deu sua formação. Na terceira parte, será abordado a história da formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu, como uma ferramenta na luta por seus direitos. Na quarta parte, será mostrado alguns direitos que o sindicalismo garantiu aos camponeses.

#### 3.1 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram uma expressão religiosa pautada na mobilização popular, que ganhou na década de 1960 surgiu em toda a América Latina. No Brasil, temos registros de CEB's desde 1960 em Natal e Volta Redonda, após o Conselho de Medellín, elas se espalharam no Brasil, aqui em Goiás, surgiram na década de 1960, com atividades predominantemente pastorais. (BORGES, 2005).

As CEB's, eram formadas por pequenos grupos, reunidos nas paróquias (nas cidades) ou nas capelas (na zona rural). Geralmente surgiam por iniciativa de leigos ou religiosos. Eram de natureza religiosa e com caráter pastoral. (BORGES, 2005). Roselândia é um povoado que surgiu no município de Itauçu na década de 1950, quando a família Rosa Lino doou um terreno para a construção de uma capela, sendo o nome Roselândia uma homenagem a esta família. A capela foi construída por mutirão feito pelos próprios moradores com recursos adquiridos de doações de fazendeiros locais, rifas e leilões. Para a capela, escolheram como padroeiro o Divino Pai Eterno, cuja imagem foi trazida de São Paulo pelo Sr. Assis Rosa Lino, doador do terreno. A imagem foi levada em procissão de sua casa até a capela.

Nesta capela, funcionou por muitos anos a Escola Municipal Rosa Lino. Algum tempo depois, a Igreja cedeu parte do terreno para a construção do prédio escolar pela prefeitura de Itauçu (BORGES, 2005).

Em 1968, chega para assumir a paróquia de Itauçu, procedente da Itália, o Pe. Elígio Silvestri e também um grupo de assistentes sociais que, auxiliado pelas Irmãs Franciscanas do Imaculado Coração de Maria, começou a desenvolver um trabalho de ação social com crianças, jovens e adultos na capela, antes das celebrações, nas escolas e nas famílias, visando a conscientização e organização dos trabalhadores rurais, incentivando a participação na política e a criação do sindicato de trabalhadores rurais (BORGES, 2005).

A equipe italiana de trabalhadores sociais promovia reuniões em que eram discutidos vários temas sociais e também promoviam cursos conveniados com o Pipimó nas áreas de: saúde, alimentação, primeiros socorros, corte e costura, horta caseira, arte culinária, bordados e outros. A saúde era também preocupação da equipe, que organizou uma farmácia com remédios vindos da Itália, realizando atendimento semanal. Posteriormente, ofereceram um curso de auxiliar de enfermagem para o trabalhador rural Genosin Barbosa de Moura e, então, o atendimento passou a ser diário, na fazenda do Sr. João Moreira Coelho, em um dos quartos da sua sede. Neste ano de 1968, inicia-se o trabalho das CEB's em Roselândia com o método ver/julgar/agir, com o qual os trabalhadores rurais aprenderam a buscar soluções para seus problemas (BORGES, 2005).

O método pelo qual se orientavam era o “ver, julgar, agir”, ou seja, ver a situação de sua vida; julgar esses fatos à luz da palavra de Deus, questionando: por quê está acontecendo e qual é a raiz? Qual seria a atitude de Jesus diante desta situação?; e, por fim, última a etapa do agir, em que, tentavam descobrir soluções concretas para os problemas, fazendo um plano para os passos a serem dados, questionando: como Jesus se portou ante a uma situação dessa?; como Ele quer que a gente aja? Essa é a fase do planejamento de ações concretas para enfrentar o problema (BORGES, 2005).

Nesse método descobriram que os seus direitos não eram respeitados e, como ação para a solução de seus problemas, os camponeses se organizaram para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em todo o país (BORGES, 2005). Em Itauçu ocorreu da mesma forma.

Participando das CEB's os camponeses perceberam que muitos de seus problemas poderiam ser resolvidos ou amenizados com o trabalho cooperativo, assim buscaram como ferramentas nesse processo: a aquisição de um trator e um caminhão, através de um financiamento feito pela ONG Alemã Misereor, cujas

parcelas foram pagas com dinheiro de uma roça comunitária, tocada em regime de mutirão e uma máquina de beneficiar arroz. O trator e o caminhão eliminaram a presença do atravessador, fazendo com que os camponeses conseguissem adquirir mais renda na terra (BORGES, 2005).

Outra ferramenta encontrada para a solução de seus problemas foi a criação de um sindicato, que será abordado a seguir.

### 3.2 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E O SINDICALISMO EM ITAUÇU

Borges (2005) analisou que na década de 1970 o trabalho do CEB introduziu uma nova compreensão entre fé e política. Para se adequar às condições históricas do Brasil, a Esquerda Católica adotou o pensamento social europeu que desenvolveu um novo conceito de missa, ritos religiosos, encontros, formou também uma das primeiras teologias da América Latina. Este processo tem desempenhado um papel único na Igreja brasileira, parte da qual tem uma visão mais progressista.

O movimento deixou um legado, com muitos membros participando ativamente do trabalho do CEB (SILVA, 2006, p. 90-91).

A relação entre fé e política observada após 1970 e o conflito vivenciado pelo MEB nos primeiros dias da ditadura militar, se expressam de forma complexa e contraditória ao revelar um dos aspectos da complexidade, que é o paradoxo dessa relação e a posição dos sujeitos como líderes da igreja diante dos preceitos religiosos e da visão de mundo que possuem. De acordo com Silva:

Segundo Borges (2005), não se deve entender as CEBs de forma isolada, mas como representante de uma expressão religiosa de mobilização popular: "Com o advento dos regimes militares de Segurança Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações), as CEBs assumiram uma importância social considerável" (SILVA, 2006, p. 93).

Borges (2005) apontou que os membros do CEB geralmente são pobres e semi-alfabetizados. No meio rural, preserva-se a cultura popular, em celebração de novenas, missas e festas de santos. Eles são preparados por membros da comunidade e guiados por pastores que inspiram as pessoas a falar e fazer. "As

peças encontram na igreja não apenas um espaço de fé, expressão e nutrição, mas também um espaço de organização e mobilização”, diz a autora. (SILVA, 2006)

Em 1968, o padre italiano Elígio Silvestri chegou à Diocese de Itauçu e ali começou a trabalhar na CEB. O trabalho que foi feito foi o de colocar a igreja em comunicação com a vila, que era muito habitada na época. Padre Elígio propôs chegar aos trabalhadores migrantes, não só do ponto de vista religioso, mas também tentar realizar um trabalho de promoção social. Em uma entrevista, o padre disse que sua intenção era ser promovido, mas não foi fácil, então ele forneceu ajuda espiritual aos doentes e crianças da escola antes que pudesse entrar em contato com a família (SILVA, 2006).

Nessas residências são realizados trabalhos de saneamento básico como filtros, fossas, atividades de valor agregado no quintal através do plantio de hortas e palestras de orientação para parteiras. Durante cada período, uma grande reunião é realizada no Grêmio Recreativo Itauçuense (Grei) com representantes de todas as comunidades para discutir as atividades planejadas a serem realizadas em cada comunidade (SILVA, 2006).

Conclui-se então que apesar de todos os problemas enfrentados, a comunidade continuava se movimentando. Em outubro de 1975, Padre Elígio retorna para a Itália e “os trabalhadores rurais de Roselândia tiveram que caminhar sozinhos, tanto nos trabalhos de pastoral, como na ação social” (BORGES, 2005, p. 99), uma vez que os padres que vieram depois não agilizaram e nem ampliaram o trabalho com as CEBs. As lideranças persistiram nas reuniões, encontros, debates, buscando alternativas que viabilizassem a luta pela aquisição de seus direitos. A partir de então descobriram a ferramenta que lhes daria respaldo para suas ações: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SILVA, 2006).

### 3.3 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUÇU

Borges (2005) analisou que na década de 1970 o trabalho do CEB introduziu uma nova compreensão entre fé e política. Para se adequar às condições históricas do Brasil, a Esquerda Católica adotou o pensamento social europeu, que desenvolveu um novo conceito de missa, ritos religiosos, encontros, formou também uma das primeiras teologias da América Latina. Esse processo tem desempenhado

um papel único na Igreja brasileira, parte da qual tem uma visão mais progressista. Aqueles movimentos deixaram um legado, com muitos membros participando ativamente do trabalho do CEBs.

Com a criação do Ministério do Trabalho, o governo suprimiu a liberdade e a autonomia política dos sindicatos, ao mesmo tempo em que aboliu o pluralismo sindical e aboliu o antigo sindicalismo. Em seguida, a greve foi proibida, considerada atividade anti social, cumprindo a visão sindicalista reconhecida pelo governo, destina-se a exercer a função mandatária do poder público (SILVA, 2006).

O Ministério do Trabalho foi instituído pelo decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930, com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com a lei n. 3.782, de 22 de julho de 1960 passou a denominar-se Ministério do Trabalho e Previdência Social, instalado a partir de 1º de fevereiro de 1961. Outra mudança ocorreu em 1º de março de 1974, quando a lei nº. 6.036 o cindiu entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência e Assistência Social. Coube ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo seu decreto de criação, estudar e expedir todos os assuntos relativos ao trabalho, indústria e comércio. Pelo Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, competia ao Ministério do Trabalho e Previdência Social as ementas relativas ao trabalho: organização profissional e sindical, fiscalização, mercado de trabalho, política de emprego, política salarial, previdência e assistência social, política de imigração e colaboração com o Ministério Público na Justiça do Trabalho.

Analisando a criação do STR de Itauçu, Borges (2005) mostra que a primeira reunião dos camponeses para se pensar a criação de um sindicato ocorreu em 1979, na capela de Roselândia, um povoado que fica a 12 km da cidade de Itauçu. A autora mostra então a ligação da organização sindical com a religiosidade, especialmente as CEB's.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itauçu foi inaugurado no dia 23 de outubro de 1980, tendo como primeiro presidente um trabalhador rural de Roselândia, o Sr. Waldir Coelho Braga. O sindicato funcionava no salão comunitário São Vicente, cedido pela paróquia de Itauçu, situado na periferia da cidade. Posteriormente, no ano de 1982, foi fundada uma delegacia sindical em Roselândia, coordenada pelos membros das CEB's (BORGES, 2005).

Para manter o controle sobre os trabalhadores, os órgãos oficiais criaram dispositivos legais que permitiram ao governo implementar uma hierarquia estrita, dividida em quatro partes. A base são os sindicatos, cuja jurisdição é o território de um município, o único sindicato dessa cadeia burocrática que tem vínculos diretos com os trabalhadores. Depois vieram as federações estaduais ou territoriais e uma associação de cinco sindicatos foi suficiente para formá-las, desde que suas constituições fossem aprovadas pelo Ministério do Trabalho. A federação está sediada na capital de cada estado. A união de pelo menos três federações forma uma federação que congrega sindicatos da mesma categoria profissional, tem jurisdição nacional e tem sede no Distrito Federal. Finalmente, o nível mais alto desse sistema é ocupado pelo Ministério do Trabalho, que realmente existe dentro do sindicato e o dirige, controla e intervém em todas as suas atividades (SILVA, 2006).

O líder sindical e camponês Waldir Coelho Braga escreveu um poema, em que relata sobre as quatro fases da dura caminhada sindical que teve. Waldir também foi o primeiro presidente do STR em Itauçu:

#### Caminhada

Para fundar nosso sindicato  
 Já tivemos quatro jornada  
 Lutamos com muito sacrifício  
 Pois, sindicato é uma coisa sagrada.  
 Para dar o primeiro passo  
 Falamos com o Sr. Antonio Bueno  
 Que demonstrou muito boa vontade  
 Mais dureza ele não está querendo.  
 O cara chegou aqui em nossa cidade  
 Com jeito de ser bonzinho  
 Jogou os piões contra os fazendeiros  
 E sumio em seu caminho.  
 Dezenludido com a Federação  
 Tentamos reunir outras vezes  
 Fazendo reunião em Itauçu  
 Aos quarto domingo de cada mês.  
 Isto não deu muito certo  
 Pois não surtiu grande resultado  
 Tivemos que partir para outra  
 Pois não podíamos ficar parado.  
 Iniciamos um trabalho nas comunidades de base  
 Porque lá ia muita gente  
 Porém isto não era muito correto  
 Pois na comunidade ia católico somente.  
 Então partimos para outra etapa  
 E com muito animo para decisão  
 Estamos fazendo reuniões em vários locais  
 E contamos com trabalhadores de varias religião.

Nesta etapa de Fundação Sindical  
Acreditamos que seja a derradeira  
Nas reuniões estão indo adultos, rapazes e (?)  
E também nossas companheira.  
(Poema de Waldir Coelho Braga)

Este poema mostra o processo de implantação do STR em Itauçu, revelando a sensibilidade de um trabalhador rural que se preocupa não apenas com a questão sindical em si, mas com a participação de toda a comunidade na luta. Revela um foco no ecumenismo, enfatiza a participação das mulheres trabalhadoras rurais e aponta a grande sobreposição entre ação política, ação religiosa, ação sindical e ação educativa.

Assim, em 23 de março de 1980, cerca de 350 trabalhadores rurais residentes no município de Itauçu, se reuniram em forma de assembleia, no Salão São Vicente, localizada na periferia da cidade, cedida pela Igreja para deliberações a respeito da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu. O sindicato foi fundado com o presidente Waldir Coelho Braga, o secretário José Honorato de Oliveira e o tesoureiro Ovídio Júlio Lima Filho. Três trabalhadores também foram designados como membros do conselho fiscal (SILVA, 2006).

Como os camponeses não tinham uma sede própria para a organização de seu Sindicato, eles procuraram o padre Néelson, que na época era o pároco local e solicitaram se ele não poderia ceder um espaço na Igreja Católica, o qual não estava sendo utilizado na época, que era o salão São Vicente de Paula. O padre cedeu o espaço aos camponeses até que eles conseguissem construir a sua sede própria (BORGES, 2005). Este salão ficava situado na periferia da cidade, um local conhecido na época como "Morro dos Cabritos", por ser muito acidentado. Abaixo, apresenta-se uma fotografia desse espaço.

**Fotografia 7** - Salão São Vicente de Paula nos dias atuais



**Fonte:** acervo pessoal do autor.

A fotografia acima mostra o espaço cedido pela Igreja Católica para o funcionamento do Sindicato até que conseguissem levantar a sede própria. Percebe-se que é um espaço amplo e que na época foi usado para as assembleias e cursos de capacitação dos camponeses. Esses cursos eram oferecidos pela FETAEG, CPT-GO, e pela própria Igreja católica, através da Arquidiocese de Goiânia. Os cursos tinham temáticas variadas: desde a conjuntura nacional, agricultura orgânica, cursos de Bíblia, cursos sobre Direitos Trabalhistas, entre outros (BORGES, 2005).

Percebe-se que havia uma preocupação com a formação dos camponeses. O grande marco histórico da organização sindical em Itauçu, que foi o dia da Assembleia de fundação do sindicato, também foi descrito em forma de poema pelo presidente do STR, Waldir Braga. Este poema mostra a sensibilidade de um trabalhador rural em captar todos os sentimentos e fatos do dia de forma poética. Tal momento foi um marco decisivo em sua história.

#### Dia 23 de Março

Depois de muitos anos de luta  
De conscientização sindical  
Chegou dia 23 de março de 1980  
Marcado em nosso edital

A fundação de nosso sindicato  
Sonhado por todos os trabalhadores rural.  
Ainda era manhãzinha

Quando os caminhões saíram pra roça

O sol saía fazendo muito calor  
O primeiro caminhão chegou vazio  
Nos causando um grande pavor  
Pensamos que tinha perdido a batalha.

Ficamos esperando outros carros  
Com medo de ter outra decepção  
Afinal chega um Mercedes Benz  
Cheio de companheiros com muita animação.

Aí sentimos de perto o sabor da vitória  
E vimos que de fato o povo tinha razão.  
Os companheiros da cidade chegaram  
Um bom número em proporção

Veio velho adultos moças e rapazes  
E também pessoas de várias Igrejas  
Porque lá não iria se tratar de religião  
Sindicato é uma entidade de milhares.

Um bom número de pessoas foram somados  
Veio gente de todos cantos do município  
Pessoas de todos partidos políticos chegaram  
Pois fazia naquele momento a união de uma classe  
Sem que ninguém se politicasse

Fizemos um trabalho sem corrupção.  
De várias cidades vieram companheiros  
Com muito anseio de colaboração  
Veio dirigentes sindicais e associados

Também chegaram algumas autoridades  
Todos estavam a convite de nossa associação.  
Afinal termina a assembléia  
E saiu logo o resultado

Para a alegria do itauçuense  
Trezentos e cinqüenta e uma presença  
de companheiros foi registrada  
Ficou esse dia marcado em nossa história  
O marco decisivo de nossa caminhada.

(Poema de Waldir Coelho Braga)

No poema o líder sindical narra como foi o dia da fundação do sindicato. A frase “Depois de muitos anos de luta, de conscientização sindical, chegou dia 23 de março de 1980” nos revela que a organização dos camponeses para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu não foi algo rápido, mas um trabalho que durou anos.

A outra estrofe do poema que diz: “Ainda era manhãzinha, quando os caminhões saíram pra roça” revela que pelo fato dos camponeses não terem meios de transporte foi organizado, naquele dia, vários caminhões que se deslocaram da cidade de Itauçu para as diferentes regiões do município. Relata ainda o medo quando perceberam quando o primeiro caminhão havia chegado vazio: “O sol saía fazendo muito calor, o primeiro caminhão chegou vazio, nos causando um grande pavor”. Muitos camponeses ainda temiam a Organização sindical por causa do primeiro sindicato que havia sido organizado pelo partido comunista, o que ocasionou a prisão de vários camponeses em 1964.

A estrofe “Pensamos que tinha perdido a batalha” revela o temor de que não fosse possível fundar o Sindicato por falta de quorum. A estrofe “Afinal chega um “Mercedes Benz”, cheio de companheiros com muita animação, aí sentimos de perto o sabor da vitória e vimos que, de fato, o povo tinha razão” nos mostra que a chegada de um caminhão cheio havia despertado a esperança no coração daqueles camponeses, de que o trabalho de base visando a conscientização dos camponeses para a necessidade da organização sindical havia, enfim, dado certo.

A estrofe “Os companheiros da cidade chegaram, um bom número em proporção. Veio velho, adultos, moças e rapazes e também pessoas de várias Igrejas” revela que nesse dia da fundação do Sindicato além dos camponeses veio também pessoas que moravam na cidade de Itauçu, a fim de prestigiar os camponeses pela sua dura luta nessa fundação do Sindicato. Sobre esse público da cidade, o poema nos revela que era heterogêneo, composto de homens e mulheres de várias idades. Quando se refere à presença de pessoas de várias igrejas, o poema nos leva à reflexão da importância desse trabalho que se iniciou pelas CEB’s, que pertence à Igreja Católica, mas que conseguiu atingir pessoas de diferentes crenças.

A estrofe “Pessoas de todos partidos políticos chegaram, pois fazia naquele momento a união de uma classe, sem que ninguém se politicasse, fizemos um trabalho sem corrupção” demonstra como o interesse de fundar um sindicato era unânime, bem como revela o fato dos trabalhadores deixarem suas diferenças de lado e se juntarem para formar essa grande conquista, realizando assim um momento histórico, de forma limpa, sem ater para meios indecentes, sem corrupção, sem suborno, apenas com o suor de seus esforços.

A estrofe “De várias cidades vieram companheiros, com muito anseio de colaboração, veio dirigentes sindicais e associados, também chegaram algumas autoridades” expõe o fato de que este evento trouxe pessoas de vários outros municípios, tanto colaboradores, como autoridades importantes da época.

Abaixo fotografia de uma assembléia do STR:

**Fotografia 08** - Assembléia do STR de Itauçu década de 1980.



Fonte: Acervo da orientadora.

A estrofe “Trezentos e cinquenta e uma presença de companheiros foi registrada, ficou esse dia marcado em nossa história” mostra como foi amplo o alcance que este evento apresentou. Pessoas de vários municípios vizinhos se reuniram para participarem dessa imensa conquista, que ficou marcada na história e no coração dos homens.

Os sindicatos são organizações que figuram os interesses dos trabalhadores constituídos para premiar o poder dos empregadores na relação contratual sempre desigual e contraditória entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século XIX como reação às instáveis condições de trabalho e salários dos trabalhadores capitalistas. No final do século 19, os sindicatos foram institucionalizados nos principais países industrializados. Desde então, eles têm desempenhado um papel fundamental na organização da classe trabalhadora para lutar por uma sociedade justa e democrática e pressionar pela expansão dos direitos individuais e coletivos, que são escassos em muitos países, inclusive no Brasil. Os

sindicatos surgiram como reação às instáveis condições de trabalho e salários dos trabalhadores capitalistas.

Um dos marcos no reconhecimento da importância das organizações sindicais ocorreu em 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações. Importantes avanços sociais são fruto da ação organizada dos trabalhadores, dentre os quais se destaca a redução gradativa da jornada de trabalho, de um total de até 16 horas, no século XVIII.

Nas últimas décadas, o Movimento Sindical Brasileiro tem desempenhado um papel importante na vida política nacional. A atuação dos sindicatos nas Comissões Pró-Participação Popular na Constituinte contribuiu decisivamente para que a Constituição de 1988 reservasse todo o artigo 7º, com 34 itens, aos direitos dos trabalhadores.

A Constituição de 1988 reforça o poder de barganha dos sindicatos. Todos os anos, dezenas de milhões de trabalhadores formalmente contratados têm suas condições de trabalho e remuneração renovadas pela atuação de seus órgãos representativos. Nesse sentido, para que os trabalhadores, como parte estruturalmente mais fraca da relação capital-trabalho, tenham chance de sucesso, suas entidades representativas precisam ter recursos políticos e financeiros para se contraporem ao poder das corporações empresariais.

O movimento sindical é um movimento cuja característica principal está centrada no estabelecimento da relação com o mundo do trabalho, integrando: educação, trabalho e formação política (MASCARENHAS, 2004).

### 3.4 DIREITOS QUE A SINDICALIZAÇÃO GARANTIU AO CAMPONÊS

Analisando essa atuação, Borges (2005) aponta que no processo de criação de depois da atuação no STR de Itauçu não foi simples, uma vez que as lideranças e os sindicalizados sofreram diversas repressões. A autora aponta que o presidente do Sindicato foi enquadrado como comunista pela polícia federal e sofreu inúmeras ameaças e até tentativa de assassinato. Seu nome constava na lista dos “Cabras marcados para morrer”, feita pela União Democrática Ruralista (UDR), que matou vários sindicalistas, bem como Sebastião Rosa da Paz, um sindicalista que prestou muito apoio ao STR de Itauçu.

Mascarenhas mostra o quanto o movimento sindical é capaz de articular várias esferas produtivas e as relações de poder:

O movimento sindical articula as esferas da economia e da política. Estabelece o elo entre a esfera produtiva e as relações de poder. A luta por melhores condições de trabalho e vida contra os interesses de outros grupos politiza a economia, desnudando as relações de poder. É fundamental para a classe trabalhadora esta capacidade do movimento sindical de articular a esfera produtiva com as relações de poder (MASCARENHAS, 2004, p. 25).

Para Borges (2005), o STR de Itauçu trouxe inúmeros benefícios aos trabalhadores rurais, e que estes não se restringiam à garantia de seus direitos trabalhistas, uma vez que o STR oferecia tratamento médico e odontológico. A autora pontua, ainda, a pressão que os fazendeiros faziam aos sindicalizados e às lideranças sindicais. Ademais, conta que os fazendeiros compareciam às reuniões de acordo trabalhistas com jagunços armados, que faziam questão de expor suas armas. Relata que em um caso específico a liderança sindical teve que esconder um trabalhador rural em uma mata por vários dias até conseguir apoio da CPT de Goiânia para o transferir para Goiânia em um local seguro, evitando assim que jagunços o matasse.

Foi realizada uma pesquisa nos documentos do STR de Itauçu (atas, artigos do Jornal da FETAEG, em um Boletim Informativo do próprio STR que circulou nas décadas de 1980-1990) onde buscou-se observar quais os ganhos em relação aos direitos trabalhistas que os camponeses obtiveram com a sindicalização ao longo dos anos. Essas informações estão apontadas a seguir.

### 3.5 GARANTIA DE RESPALDO JURÍDICO

Desde a sua fundação, o STR disponibiliza um advogado para atender a todas as necessidades, não só da população, mas também das pessoas jurídicas, tendo como objetivo auxiliar, encaminhar e realizar processos trabalhistas a favor do ente necessitado.

Uma das melhores maneiras de um sindicato cuidar efetivamente de seus membros é por meio do suporte legal que provê à sua classe. Seja em questões laborais, seja em negociações judiciais, o STR atua, através do advogado, para proteger os interesses daqueles que representa. Suas ações podem ser

direcionadas à assessoria jurídica direta aos colaboradores em casos específicos ou à efetivação coletiva de direitos adquiridos.

Um dos casos mais emblemáticos ocorreu na década de 1980, onde um fazendeiro enviou jagunços para assassinar a família de um arrendatário e o camponês, pai da família, revidou e matou um dos jagunços. Nesse caso o advogado do STR desempenhou um importante papel.

### 3.6 OPORTUNIDADES DE CURSOS E TREINAMENTOS

Desde a sua criação, o STR vem oferecendo diversos cursos de aperfeiçoamento na área do direito (direitos e obrigações) e na área de trabalho (melhoria das criações dos animais, adubação verde, piscicultura, apicultura, etc.). Vários cursos vêm sendo lecionados através da modalidade EAD, sendo estes aqueles que não exigem aprendizagem prática.

O aprimoramento profissional de quem adere ao sindicato é outro grande benefício. Estes serviços são oferecidos gratuitamente e podem ir desde disciplinas mais tecnológicas, estritamente relacionadas com a profissão, até disciplinas mais completas e complementares que proporcionam melhor formação e melhor bem-estar em outras áreas igualmente importantes, como saúde, pessoal, aprendizagem de línguas ou motivação.

### 3.7 APOSENTADORIA

Atualmente, o maior objetivo do STR é a realização do máximo de processos de aposentadoria para todos que estejam aptos de acordo com especificações para aposentar. Entre este objetivo, estão vários outros, como o Salário Maternidade e o auxílio doença.

O STR busca trazer facilidade de acesso para o INSS, como foi feito em 2019, pelo STR de Arroio do Meio, que encaminharam na época, seu primeiro processo de aposentadoria rural via INSS Digital. (Jornal O Alto Taquari; <https://www.oaltotaquari.com.br/portal/2019/08/str-esta-habilitado-a-encaminhar-beneficios-pelo-inss-digital/>)

A partir de 18 de junho de 2019, a contratação e encaminhamento de benefícios como aposentadoria, licença médica, licença maternidade, etc. para trabalhadores rurais devem ser realizados por entidade conveniada. O INSS Digital utiliza um processo eletrônico para analisar os rendimentos, eliminando a circulação física do papel. Portanto, todos os arquivos devem ser enviados ao INSS digitalmente. As entidades parceiras também precisam do processo de entrega real, que inclui a produção de documentos originais para serem verificados em relação aos documentos digitalizados. Tais procedimentos são encaminhados eletronicamente ao polo de análise do INSS.

Em relação a estes métodos, o STR de Itauçu também aderiu a este método de atendimento com o intuito de facilitar a auxílio disponível para os trabalhadores rurais para concluir seus processos de aposentadoria, auxílio doença e também com o objetivo de esclarecer qualquer dúvida.

### 3.8 ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE DAP

No decorrer dos anos, o STR tem oferecido um importante apoio ao trabalhador rural na Declaração de Aptidão ao PRONAF, crédito rural para o agricultor familiar, que pode ser usado tanto para a melhoria da infraestrutura da chácara ou sítio, quanto para o cultivo de lavouras, ou criação de gado, ou apicultura e piscicultura. No campo, a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) funciona como a identidade do agricultor familiar. É ela que permite o acesso das famílias agrícolas em pelo menos 15 diferentes políticas públicas, tais como: financiamento (Pronaf), créditos da reforma agrária (assentamentos do Governo Federal), programa de habitação rural, certificações de produtos (selos), cursos profissionalizantes (Pronatec), comercialização de alimentos em escolas (merenda escolar), hospitais e instituições militares, entre outros.

### 3.9 APOIO A SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS

A ocupação agrícola diminui a chance de referir à saúde como boa e aumenta a chance de doença de coluna/costas, hipertensão arterial e artrite/reumatismo. Os

trabalhadores com ocupação agrícola apresentam mais comorbidades referidas e piores condições de vida. Desde a fundação, o STR oferece aos seus associados o serviço médico que, em datas agendadas, vai até o STR atender os associados.

Atualmente uma geriatra vai até o STR uma vez ao mês para atender aos associados. Os pedidos de exames que a médica solicita são agendados pelo SUS.

### 3.10 APOIO NA REALIZAÇÃO DO ITR, CAR e CCIR

O STR oferece aos associados auxílio na realização do Imposto Territorial Rural (ITR), bem como o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) que é um importante documento emitido pelo Incra que constitui uma comprovação sobre a existência do imóvel junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Esses documentos são muito importantes, por exemplo, sem o CCIR os proprietários não conseguem desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer a venda de seus imóveis rurais.

O STR auxilia os camponeses que são chacareiros ou sitiantes a fazerem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esse é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Através dele, o governo visa traçar um mapa digital, a partir do qual são calculados os valores das áreas para realizar diferentes diagnósticos. O CAR trata-se de um registro eletrônico obrigatório de toda propriedade rural, formando um banco de dados estratégico para controle, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como planejamento ambiental e econômico da propriedade rural.

### 3.11 MORADIA RURAL

Desde a fundação, o STR realizou mutirões para a construção ou reforma de casas de seus associados, até mesmo a sede própria do STR foi erguida em forma de mutirão.

**Fotografia 09** - Mutirão para reforma de uma casa das irmãs camponesas Donira e Dita, em Roselândia.



**Fonte:** Acervo da orientadora.

Na fotografia acima, percebe-se a união dos camponeses para solucionar um problema relacionado ao direito à moradia de duas irmãs idosas que moravam sozinhas no município de Itauçu, as senhoras Donira e Benedita.

A colaboração do STR para o direito à moradia mais recente ocorreu através do programa "Minha Casa, Minha Vida", um programa do Governo Federal que, através do Ministério do Desenvolvimento Regional, buscava facilitar a conquista da casa própria para as famílias de baixa renda. Tal programa atendia, inicialmente, apenas as famílias urbanas. Todavia, anos depois abriu-se o programa "Minha Casa, Minha Vida Rural". Através dele, as famílias cuja renda era até de R\$ 1.800,00 poderiam ser atendidas. Esse programa era voltado aos agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais (como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas). O atendimento permitia tanto construção de novas casas, quanto a reforma de unidades já existentes. Para ter acesso a ele, a família deveria participar de alguma associação (BRASIL, 2020).

O STR de Itauçu cadastrou as famílias associadas ao STR de Itauçu que atendiam ao perfil do programa e, assim, 14 famílias foram contempladas e conseguiram construir as suas casas, ali em suas chácaras.

**Fotografia 10:** Uma das casas construída pelo programa “Minha casa, minha vida rural”



**Fonte:** Acervo do STR.

A fotografia acima mostra que no programa, a construção da casa prevê, ainda, a construção de uma fossa/aterro sanitário ecologicamente correto para não poluir o meio ambiente.

### 3.12 AUMENTO DA FORÇA DA CATEGORIA

A união de sindicatos e assalariados de uma determinada classe, torna toda a categoria mais forte e organizada, pois poderão planejar melhor o que deve ser acrescentado ou implementado na legislação vigente para ter uma profissão mais digna. Além de a categoria se fortalecer externamente, os sindicatos também oferecem uma série de facilidades para os empresários, como assessorias, workshops e palestras sobre, entre outras coisas, o ramo de atuação.

Com a melhora de criações de programas de especialização para os trabalhadores, o mesmo atraiu a atenção de outros, que se voltaram para este meio. Isto causou uma alavancamento no número de assalariados e sindicatos que quiseram se unir a essa causa, deixando as classes trabalhadoras mais adiposas e mais preparadas.

Diante do exposto neste capítulo a organização do novo sindicalismo de Itauçu na década de 1980, através das Comunidades Eclesiais de Base, foi uma importante ferramenta para o camponês na garantia de seus direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo do estudo foi analisar a luta dos agricultores de Itauçu por seus direitos. Os objetivos específicos pautaram-se em analisar a expansão do capitalismo no meio rural de Itauçu e sua relação com a questão fundiária; compreender as lutas dos fazendeiros de Itauçu e pela questão fundiária; compreender a nova organização sindical rural de Itauçu na década de 1980, buscando entender suas bandeiras de luta por direitos que foram alcançados.

Assim, a problemática da presente pesquisa de como se deu a organização dos camponeses de Itauçu na luta por seus Direitos, foi respondida ao longo dos capítulos.

Percebe-se que a luta dos camponeses de Itauçu-GO por seus direitos foi árdua, mas necessária para a garantia de seus direitos trabalhistas. Conclui-se que esses camponeses diante da expropriação e exploração do capital, organizaram-se em forma de sindicatos na luta pela apropriação de seus direitos. Portanto, portaram-se como sujeitos ativos de sua história,

Encerro parafraseando Martins:

Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História (MARTINS, 1989, p. 12).

## REFERENCIAS

BARBOSA, Luzia Borges; BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Aplicabilidade Do Método de Alfabetização de Paulo Freire em Goiás: Análise do Material Didático Benedito e Jovelina Do Movimento De Educação De Base (MEB) - 1960. **Revista Científica FacMais**, Volume V, Número 1. Ano 2016/1º Semestre. ISSN 2238-8427. Inhumas Goiás - GO. Disponível em: <https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2016/06/7-%20A%20aplicabilidade%20do%20m%C3%A9todo%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Paulo%20Freire%20em%20Goi%C3%A1s.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itaçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês**. Goiânia; UFG, 2005. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/BORGES\\_Elisabeth\\_Maria\\_de\\_F\\_tima.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/BORGES_Elisabeth_Maria_de_F_tima.pdf). Acesso em: 31 mar. 2022.

BRITTO, Saimon Lima; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A reforma agrária e o surgimento das ligas camponesas no estado de Goiás entre 1960-1966**. Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Porto Nacional, Tocantins 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8751>. Acesso em: 22 abril 2022.

DUARTE, Élio Garcia. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

FARIA, Camila. **As Comunidades Eclesiais de Base no processo de organização política do movimento popular por moradia no município de volta redonda (1970-1980)**. Universidade Federal Fluminense. Niteroi, RJ 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/8340/CamilaFaria-ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 abril 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Territorialização do MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Unesp, Campus De Presidente Prudente - São Paulo - Brasil. 1991. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 22 abril 2022.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: Cegraf, 1988. (Coleção Teses Universitárias).

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. **Organização camponesa em Goiás nas décadas de 1950-1960 e os sinais de novas práticas educativas nos atuais movimentos sociais**. Goiânia: PUC GO, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/1419/1433/6967>. Acesso em: 08 abril. 2022.

HONESTO, Éder. **Do exílio ao símbolo cultural**: a construção do ícone "Santa Dica" em Goiás. Anápolis: UEG, 2020. Disponível em: <https://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/342#preview-link0> Acesso em: 22 abril 2022.

JESUS, Dayane Mendes Soares Dias. **Os trabalhadores rurais de Itauçu e as histórias que a história não conta**. IFG, 2018. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/09/OS-TRABALHADORES-RURAI-DE-ITAU%C3%87U-E-AS-HIST%C3%93RIAS-QUE-A-HIST%C3%93RIA-N%C3%83O-CONTA-VII-semana-de-hist%C3%B3ria.pdf> Acesso em: 25 ago. 2022.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O Aspecto Educativo da Prática Política da Luta do Arrendo em Orizona - GO**. Rio de Janeiro: FGV, 1982. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9217/000049015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MASCARENHAS, Ângela Cristina B. **A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais**. In: PESSOA, Jadir de M. (org.). Saberes do nós. Goiânia: Editora da UCG, 2004, p. 15-28.

MARTINS, José de Sousa. **Caminhada no chão da noite**: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo Hucitec, 1989. Disponível em: [https://www.academia.edu/43248369/CAMINHADA\\_NO\\_CH%C3%83O\\_DA\\_NOITE\\_Emancipa%C3%A7%C3%A3o\\_Pol%C3%ADtica\\_e\\_Liberta%C3%A7%C3%A3o\\_nos\\_Movimentos\\_Sociais\\_do\\_Campo?email\\_work\\_card=view-paper](https://www.academia.edu/43248369/CAMINHADA_NO_CH%C3%83O_DA_NOITE_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Pol%C3%ADtica_e_Liberta%C3%A7%C3%A3o_nos_Movimentos_Sociais_do_Campo?email_work_card=view-paper). Acesso em: 15 set. 2022.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida Militão. **A educação do campo, a luta pela terra e a (re)produção camponesa no município de Goiás-GO**. Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5569>. Acesso em: 22 abril 2022.

RIBEIRO, Daniel Augusto. **O direito agrário e o direito de propriedade: aspectos da servidão administrativa em propriedades que descumprem a função social**. Revista de Direito Agrário e Agroambiental | e-ISSN: 2526-0081 | Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 1 - 22 | Jan/Jun. 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/568/pdf>. Acesso em: 22 abril 2022.

SILVA, Leusa Alves. **Educação Popular e sindicalismo**: O Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu/GO. Goiânia: UFG, 2006. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert-%20Leusa%20Alves.pdf>. Acesso em: 22 abril 2022.